

Bom dia! Segue clipping diário que engloba notícias de jornais, revistas, rádio, TV e web.

Jornais e Revistas

O Estado de S. Paulo

Administração. Regras da Aneel para a seca fizeram ser aplicadas tarifas menores para consumidores em geral, em relação às da iluminação pública. Essa mudança afeta a relação com o futuro parceiro, que deve assumir compromissos por um prazo de 20 anos

Aumento na conta de luz ameaça PPP de Haddad

Bruno Ribeiro
Felipe Resk

Responsáveis por encarecer a conta de luz desde o início deste ano, as bandeiras tarifárias aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do governo federal, ameaçam inviabilizar a parceria público-privada (PPP) da iluminação pública, uma das principais apostas da gestão Fernando Haddad (PT). A concorrência, porém, está prevista para ser encerrada em 23 de junho, com valor estimado em R\$ 7,3 bilhões ao longo de 20 anos.

As bandeiras tarifárias indicam o custo da produção de energia no País. Com o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas provocado pela seca, as usinas termoeletricas são acionadas, e a conta sobe. Em caso de bandeira vermelha, a mais cara, a alta chega a 49% para o consumidor residencial e, para a iluminação pública, o preço tem

elevação entre 69% e 73,3%, o que pode travar a PPP, segundo técnicos da Prefeitura.

Para parte do secretariado de Haddad, a conta da iluminação pública crescerá em índices superiores ao da receita destinada para assegurar a PPP. A avaliação, no entanto, não é consensual na gestão petista. Em nota, a Prefeitura garante que a licitação será competitiva.

As contas da PPP seriam afetadas porque 100% da receita do orçamento previsto por Haddad para a parceria vem da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (Cosip), uma taxa cobrada dos paulistanos na conta de luz. Hoje, para cliente

Investimento
R\$ 2 bilhões
É o que deve ser gasto para trocar as lâmpadas da cidade e instalar mais 23 mil pontos de luz nos próximos 20 anos.

residencial, a tarifa é de R\$ 5,40.

A Cosip sobe nos mesmos índices aplicados sobre a conta do consumidor, mas a conta da iluminação pública tem reajustes maiores. Como o objetivo da PPP é trocar todas as lâmpadas da cidade por luminárias de LED, que consomem menos energia, a alta da conta da Prefeitura pode anular parte da economia prevista. A redução gerada pelos novos equipamentos, de até 50%, financiaria a substituição das lâmpadas de vapor de mercúrio e de vapor de sódio.

Alternativas. Nos bastidores da gestão Haddad, secretários divergem sobre os riscos da PPP. Parte deles diz estar preocupada, afirmando que a Cosip, por si só, é uma fonte de recurso insuficiente. Outra parte do primeiro escalão aponta saídas para o cenário mais adverso. Entre elas está uma manobra no orçamento.

A tarifa da iluminação pública responde por cerca de um ter-

A CONTA DE LUZ E A PPP

● Reajuste no valor da tarifa vai reduzir economia prevista pela Prefeitura

A contribuição Cosip na conta de luz

● Os consumidores de São Paulo pagam uma taxa fixa na conta de luz, chamada de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (Cosip)

● É uma tarifa fixa

● Todo o dinheiro é usado para pagar a conta de luz da iluminação pública

● A Cosip é reajustada no mesmo índice do aumento da conta de luz residencial ou não residencial

● A Cosip rende cerca de R\$ 300 milhões à Prefeitura todos os anos

Atual perfil da rede elétrica

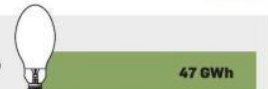
1 Com a PPP da iluminação, a Prefeitura pretende trocar as lâmpadas atuais das ruas por lâmpadas de LED, reduzindo o consumo em 50%

2 A troca seria feita por uma empresa contratada, paga com o dinheiro gerado pela economia de consumo. A diferença no reajuste da conta de luz, proporcionalmente superior à Cosip, pode prejudicar o planejamento da Prefeitura

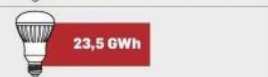


Consumo em SP

Hoje, a rede de iluminação da cidade consome



Com a troca do sistema para LED, o consumo reduziria à metade



ço do valor total de operação das lâmpadas e, se subir demais, os demais custos – como a ampliação da rede – poderiam ser reajustados em índices menores para compensar perdas. Há expectativa ainda de que a seca não dure por muito tempo. Segundo interlocutores, Haddad se posiciona ao lado do setor otimista.

Em nota, a Prefeitura afirma que "as incertezas quanto à variação do preço da energia elétrica não deveriam resultar em perda de interesse das empresas pela PPP". A gestão informa que o valor máximo da contra-

partida pedida pelas empresas já foi reajustado, de R\$ 25,4 milhões para R\$ 30,6 milhões, e que há previsão no contrato de aumentos extraordinários com base no impacto dos aumentos.

Será vencedora a empresa que pedir a menor contrapartida em troca do serviço.

Empresas citam receio, mas não falam em desistir

Garantia de R\$ 36 mi da Prefeitura é posta em dúvida; projeto prevê a divisão de toda a capital em um lote único

As empresas que já demonstram interesse em participar da parceria público-privada (PPP) da iluminação pública de São Paulo não comentaram as possíveis dificuldades trazidas pelo reajuste de energia. Ou declararam manter interesse em disputar a licitação.

A reportagem procurou algumas das principais interessadas no tema. A Brookfield afirmou

que não comentaria o tema e a GE informou que não poderia colocar nenhum porta-voz para falar sobre o assunto. AES Serviços, que atua com a Phillips no projeto, disse que "mantém seu interesse no projeto".

Extraoficialmente, entretanto, algumas das empresas citaram temores com relação às garantias oferecidas pela Prefeitura para bancar as contrapartidas previstas, que têm teto de R\$ 30,6 milhões. Mas não falaram em sair da disputa.

PPP. A proposta da gestão Fernando Haddad prevê trocar as 76 mil lâmpadas convencionais da cidade por luminárias de

LED em até cinco anos. Nos anos seguintes, o parceiro privado terá de instalar 1.300 lâmpadas de LED por ano, totalizando mais R\$ 23 mil pontos de iluminação na cidade. O estimado é que o valor da PPP, ao longo dos próximos 20 anos, deve ser de R\$ 7,3 bilhões.

O projeto previu a divisão da cidade em um único lote, em uma tentativa de inviabilizar qualquer tentativa de acordo entre os interessados nesse mercado. As audiências públicas para explicar a proposta ocorrem desde fevereiro. Vai vencer a licitação a empresa que pedir a menor contraproposta para operar todo o parque elétrico.

A vantagem, segundo técnicos, será das empresas que trocarem mais rápido as lâmpadas de LED, economizando mais, ou de quem tiver as tecnologias mais econômicas. /B.R.

Reciclagem do lixo aumenta 12% após nova lei

REGULAMENTAÇÃO

• Um mês depois da nova Lei das Sacolinhas entrar em vigor, a **prefeitura** de São Paulo registrou aumento de 12% na coleta de lixo reciclável na cidade. Ainda assim, as duas centrais mecanizadas de triagem continuam operando com volume bem abaixo da capacidade máxima.

“A informação da Loga e da Ecourbis [concessionárias de coleta seletiva] é que, neste último mês, houve aumento de 12% do volume de recicláveis nas nossas centrais mecanizadas”, disse Simão Pedro, secretário municipal de Serviços, na manhã de ontem (5). Para ele, a alta estaria relacionada ao uso da nova sacola biodegradável, que facilita a coleta seletiva. “Isso é uma notícia boa porque o cidadão está respondendo positivamente”, afirmou.

A Lei da Sacolinhas foi criada em 2011, na gestão Gilberto Kassab (PSD), mas só entrou em vigor no último dia 5 de abril. Antes de a lei passar a valer, cerca de 120 toneladas de recicláveis chegavam diariamente até as centrais. A partir de abril, segundo o secretário Simão Pedro, esse número aumentou para cerca de 135 toneladas por dia, o que representa apenas 27% da capacidade somada dos equipamentos.

Multas

A lei municipal também prevê a aplicação de multa para comércio que distribuir sacolas proibidas ou cidadão que faz o descarte incorreto. Ao comentar o balanço, Simão Pedro disse não saber informar quantas notificações ou multas já foram aplicadas. “Eu não tenho um balanço das multas, até porque essa não é a nossa preocupação central”, disse. De acordo com dados da Secretaria de Serviços, cerca de 32% das residências da capital ainda não dispõem de coleta seletiva e não podem ser cobradas pela nova regra da **prefeitura**. /Estadão Conteúdo

Destak



**EM DEZ
SEGUNDOS**

LEI DAS SACOLINHAS

Reciclagem tem alta de 12%

Um mês após a implantação da Lei das Sacolinhas, houve aumento de 12% na coleta de lixo reciclável. Segundo as concessionárias que fazem o recolhimento do lixo, mesmo assim, as centrais de reciclagem ainda operam bem abaixo de sua capacidade total. A **prefeitura** afirma ainda não ter o número de multas aplicadas a quem não usa a sacolinha.

SAMUEL DE ABREU MATIAS BUENO

Advogado do Aidar SBZ Advogados



Sacolas da discórdia, meio ambiente e consumidores

Mais uma vez ganha destaque a já antiga discussão sobre a distribuição — no caso, proibição da distribuição — gratuita de sacolas plásticas aos consumidores, especialmente por parte dos supermercados. O Procon-SP disse que notificará os supermercados que, ante a proibição legal de distribuição livre das sacolas derivadas de petróleo (sacolas brancas), passaram a disponibilizar a preço de custo (em média, R\$ 0,08 por unidade), as verdes e cinzas, mais resistentes e em parte feitas de material renovável.

A notificação se justificaria, segundo o órgão, pois cobrar pelas sacolas representaria vantagem excessiva aos fornecedores, pois no cálculo dos valores das mercadorias já estaria embutido o custo da sacola.

Antes de tudo é necessário lembrar o histórico do tema. O principal destaque: ele deve ser enquadrado na ótica de proteção ambiental. O próprio Tribunal de Justiça de São Paulo, ao examinar recurso de uma ação civil pública movida por uma associação de consumidores (em que se discute essa questão), decidiu que a Câmara Especializada do Meio Ambiente tem competência para julgar o tema. Ou seja, entendeu-se que a matéria envolve interesses ambientais, em prevalência a anseios consumeristas.

É preciso deixar de lado a emoção que o assunto desperta na esfera consumerista. A proteção ao meio ambiente é dever geral e demanda adequação de todos

Não poderia ser diferente: a ampla e indistinta distribuição das sacolas derivadas de petróleo representa notório fator de impacto ambiental negativo. Apenas os cinco maiores supermercados, somados, forneciam mensalmente uma média de 230 milhões de sacolas só no Estado de São Paulo.

Vários municípios paulistas criaram, nos últimos anos, leis contra a distribuição das sacolas. Na capital, a lei criada em 2011, após longa batalha judicial, foi enfim declarada cons-

titucional em 2014. No início deste ano, o atual prefeito decretou a sua regulamentação e, após a prorrogação dos seus efeitos por duas vezes, no último dia 5 de abril, a proibição, de fato, passou a valer.

Assim, assunto não é e nem deveria ser surpreendente para ninguém. Não tem sentido o argumento de que a nova prática implicaria mudança repentina de costume ou hábito dos consumidores.

Quanto à cobrança, quatro esclarecimentos primordiais são necessários para a compreensão mais justa do tema. Em primeiro lugar, é preciso deixar de lado a emoção que o assunto desperta na esfera consumerista. A proteção ao meio ambiente é dever geral e, portanto, demanda adequação de postura de todos.

Segundo, os consumidores ainda têm a opção de pagar ou não, pois podem se organizar e carregar suas compras em sacolas ou embalagens que levem de casa, ou mesmo nas caixas de papelão distribuídas.

Terceiro, se por um lado tudo é incluído no custo e repassado ao consumidor, por outro, toda economia igualmente será repassada, ainda que decorrente da lógica de mercado.

Finalmente, e partindo da premissa seguida pelo Procon, se o custo das sacolas está embutido no preço das mercadorias, significa que o consumidor que leva sua própria sacola acaba pagando pelo custo das sacolas utilizadas pelos demais, o que revelaria uma distinção incongruente e, por isso, injusta.

O tema não tem soluções fáceis, mas é preciso desenvolvê-lo a partir de escolhas inteligentes, voltadas, sobretudo, ao consumo consciente e sustentável.

Valor Econômico

Limitações financeiras também atingem PPPs

Sempre que falta dinheiro ao governo para realizar as tão necessárias obras de infraestrutura e oferecer os serviços públicos básicos surgem as parcerias público-privadas (PPPs) como alternativa para atrair o investidor e conseguir os recursos adequados. O debate voltou agora que o governo prepara o lançamento de um novo pacote de concessões de projetos de infraestrutura. Não é garantido, porém, que as PPPs sejam a tábua de salvação para uma demanda estimada em quase R\$ 1 trilhão em investimentos em infraestrutura nos próximos anos.

As PPPs já nasceram cercadas de muita expectativa. Nada menos do que 500 emendas foram feitas ao longo do ano que a tramitação do projeto durou. A regulamentação foi finalmente sancionada na Lei 11.079, em 30 de dezembro de 2004. De lá para cá, no entanto, pouca coisa aconteceu. Apenas 76 concessões por PPPs foram assinadas nesses dez anos, das quais 46 por iniciativa de Estados, 29 de municípios, e apenas uma do governo federal, para a construção e operação do datacenter de infraestrutura de tecnologia da informação e telefonia do Banco do Brasil e da Caixa.

As concessões assinadas representam cerca de 20% dos projetos em estudo no país, processo que tem levado muito tempo. Estados e municípios têm registrado forte interesse. Há obras grandes em curso por meio de PPPs, como uma linha do metrô da cidade de São Paulo, que começou a ser construída no mês passado, ao custo inicial próximo de R\$ 10 bilhões. Mas predominam obras de menor porte, como iluminação pública, escolas, saneamento, tratamento de resíduos sólidos e até a construção e administração de pátio de veículos apreendidos. Por pressão do Ministério Público, várias cidades precisam ampliar as redes de esgoto e veem a PPP como boa alternativa para essas obras.

Além do longo período de análise que as PPPs têm demandado, um dos principais problemas que essas concessões enfrentam são as limitações financeiras. Se há restrições fiscais para o governo construir com seus próprios recursos as obras de infraestrutura, também há para realizar a parceria. Afinal, as PPPs também

implicam desembolso de dinheiro por parte do governo que está concedendo o serviço público a ser executado. Raramente as tarifas cobradas pelo serviço vão cobrir todo o investimento feito. Por isso, há as PPPs patrocinadas, em que o governo complementa o retorno do investidor com contribuições regulares; e há as PPPs administrativas, em que não é possível cobrar o serviço prestado do usuário e o governo remunera integralmente o investidor.

Outra questão relacionada é o levantamento de financiamento para os projetos, sujeitos a limites de crédito ao setor público, definidos pela Resolução 2.827, de 2001. As parcerias formadas pelo governo e pelo setor privado por meio de sociedades de propósito específico (SPEs) para repartição de riscos, direitos e obrigações, acabam caindo nos limites da resolução, o que causa constrangimentos. Ainda hoje são alvo de questionamento e do desejo de um esclarecimento por parte do Conselho Monetário Nacional (**Valor**, 23/2).

A falta de recursos do setor público tem afetado também a elaboração dos projetos. Sem dinheiro para fazer os estudos necessários, os governos têm recorrido aos procedimentos de manifestação de interesse (PMIs), em que o setor privado formaliza a proposta de apresentar estudos, projetos e soluções com vistas a fechar um futuro projeto de PPP. Nem sempre o estudo apresenta a qualidade desejada de um lado e, de outro, resente-se da burocracia excessiva. Levantamento recente revelou um baixo índice de conversão de PMIs em projetos. Dos 54 PMIs existentes em 2013, apenas 11 resultaram em consultas públicas, cinco em edital e dois foram efetivamente assinados.

Os governos, em geral, têm dificuldade de apresentar ativos para garantir as PPPs. Existe um fundo para garantir as operações, mas nenhuma PPP o utilizou até agora. A Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias (ABGF), de 2012, tem orçamento e corpo técnico, mas precisa operacionalizar a cobertura para os riscos dos projetos de PPPs.

As PPPs poderiam, de fato, ajudar a alavancar investimentos em infraestrutura. Mas a expansão dessas operações depende da existência de projetos de qualidade, com prazos adequados, regras claras de financiamento e decisões rápidas do governo.

Televisão e Rádios

**Clique nos links em azul para ouvir/assistir a notícia*

Estudantes da faculdade Senac-Santo Amaro sentem medo após assassinato (cita iluminação)

Emissora: TV GLOBO

Programa: Bom Dia São Paulo

Tipo de Clipping: Tv

Data/Hora Fonte: 06/05/2015

Estudantes, insegurança, faculdade, Santo Amaro, falta de iluminação, precária, assassinato, recado, celulares do Ilume

<http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40841869&IdEmpresaMe sa=&TipoClipping=V&Commodities=1>

Reclamações com a sacolinhas plásticas

Emissora: Rádio Bandeirantes AM – SP

Programa: O Pulo do Gato

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 06/05/2015

Supermercado, sacolinhas plásticas, arcar com custo, embalagens, produtos, isentar de responsabilidade, consumidor

http://books.boxnet.com.br/books/visualizacao_clipping_new.aspx?ID_CLIPPING=40842440&ID_B OOK=471580&ORDEM=13&QTDE_CLIPPINGS=89&NM_ARQUIVO=0&ID_DISPARO=&ID_USUARIO= &ID_MESA=5&ID_TEMPLATE=730

Prefeitura pretende levar coleta seletiva a todos os distritos paulistas

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: ESTADÃO NO AR 1ª EDIÇÃO

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 06/05/2015

Simão Pedro, Secretaria Municipal de Serviços, central mecanizada, sacolas plásticas, legislação, supermercados, estudo, sacola marrom, biodegradável, cobrança, Ecobags

http://books.boxnet.com.br/books/visualizacao_clipping_new.aspx?ID_CLIPPING=40842439&ID_B OOK=471580&ORDEM=17&QTDE_CLIPPINGS=89&NM_ARQUIVO=0&ID_DISPARO=&ID_USUARIO= &ID_MESA=5&ID_TEMPLATE=730

Com a nova Lei das Sacolinhas, Prefeitura de São Paulo diz que coleta seletiva de lixo cresceu

Emissora: Rádio Jovem Pan AM - SP

Programa: Jornal da Manhã

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 06/05/2015

Após novas sacolinhas, prefeitura de São Paulo, coleta seletiva, cresceu, secretário Simão Pedro, centrais mecanizadas de triagem, abaixo da capacidade

<http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40839303&IdEmpresaMe sa=&TipoClipping=A&Commodities=0>

Manchetes do Jornal da Manhã (cita iluminação e sacolinhas)

Emissora: Rádio Jovem Pan AM – SP

Programa: Jornal da Manhã

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 06/05/2015

Aumento, conta de luz, ameaça, PPP da iluminação, Fernando Haddad, lei das sacolinhas, aumentar, coleta seletiva, secretário de serviços, Simão Pedro

http://books.boxnet.com.br/books/visualizacao_clipping_new.aspx?ID_CLIPPING=40838715&ID_BOOK=471580&ORDEM=76&QTDE_CLIPPINGS=89&NM_ARQUIVO=0&ID_DISPARO=&ID_USUARIO=&ID_MESA=5&ID_TEMPLATE=730

Reclamação da ciclovia da Avenida Bento Guelfi (cita Wi-Fi 8'oo")

Emissora: Rádio Bandeirantes AM - SP

Programa: Jornal Gente

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Reclamação, ciclovia, elogios, projeto Wi-Fi

<http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40802402&IdEmpresaMesa=&TipoClipping=A&Commodities=0>

Crônica da Cidade com Antônio Penteado Mendonça (cita coleta de lixo)

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: METRÓPOLE

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Pergunta, humanidade, versos, obras, asfalto. coleta de lixo, ciclovias, uniforme escolar, mão de obra, partido, político

<http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40804142&IdEmpresaMesa=&TipoClipping=A&Commodities=1>

Mensagem de Ouvintes (cita Secretaria de Serviços)

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: METRÓPOLE

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Simão Pedro, Secretaria Municipal de Serviços, pergunta de ouvinte

<http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40808674&IdEmpresaMesa=&TipoClipping=A&Commodities=1>

Entrevista com o Secretário Municipal de Serviços, Simão Pedro - Parte 1

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: MetrÓpole

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Lei das sacolinhas, São Paulo, sacola verde e cinza, secretário de serviços, Simão Pedro, nova sacola, instrumento, incentivo a coleta seletiva, recicláveis

<http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40806320&IdEmpresaMesa=&TipoClipping=A&Commodities=0>

Entrevista com o Secretário Municipal de Serviços, Simão Pedro - Parte 2

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: Metrópole

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

São Paulo, prefeitura, gestões anteriores, queima do lixo, responsabilidade, comércio, indústria, radicalizar reciclagem, centrais mecanizadas

<http://www2.bboxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40806322&IdEmpresaMe sa=&TipoClipping=A&Commodities=0>

Entrevista com o Secretário Municipal de Serviços, Simão Pedro - Parte 3

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: Metrópole

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Prefeitura, educação ambiental, cores das sacolas, coleta seletiva, distritos, caminhão diferenciado, dias diferentes, centrais mecanizadas, empresas, fornecedoras, matéria-prima, nova sacola

<http://www2.bboxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40807629&IdEmpresaMe sa=&TipoClipping=A&Commodities=0>

Entrevista com o Secretário Municipal de Serviços, Simão Pedro - Parte 4

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: Metrópole

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Ouvintes, produtos, embalagens plásticas, sacolinha, vilã, inauguração, Ecoponto, alternativas, cooperativas, não alimentar ponto viciado, descarte correto, logística reversa, compostagem

<http://www2.bboxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40807630&IdEmpresaMe sa=&TipoClipping=A&Commodities=0>

Secretário de Serviços Simão Pedro concede entrevista para a Rádio Estadão

Emissora: Rádio Estadão / 700 AM

Programa: Estadão no Ar

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Secretário de serviços, Simão Pedro, Prefeitura de São Paulo, principal assunto, sacolinhas plásticas

<http://www2.bboxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40804015&IdEmpresaMe sa=&TipoClipping=A&Commodities=0>

Ilume envia nota em resposta à reclamação de desperdício de energia em via pública feita por ouvinte

Emissora: Rádio CBN AM - SP

Programa: CBN SÃO PAULO

Tipo de Clipping: Rádio

Data/Hora Fonte: 05/05/2015

Ouvintes, reclamação, luzes acesas, durante o dia, Rua Rua Maurício Francisco Klabin, Dr. Lopes de Almeida, Secretaria de Serviços, Ilume, nota, troca dos sensores

<http://www2.bboxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=40805522&IdEmpresaMes a=&TipoClipping=A&Commodities=1>

Web

Coleta seletiva cresce 12% após nova sacola

Emissora: R7

Programa:

Tipo de Clipping: Web

Data Fonte: 06/05/2015

http://books.boxnet.com.br/books/visualizacao_clipping_new.aspx?ID_CLIPPING=40844581&ID_BOOK=471629&ORDEM=6&QTDE_CLIPPINGS=57&NM_ARQUIVO=0&ID_DISPARO=&ID_USUARIO=&ID_MESA=7668&ID_TEMPLATE=730

Aumento na conta de luz ameaça PPP de Haddad

Emissora: ESTADÃO.COM.BR

Programa:

Tipo de Clipping: Web

Data Fonte: 06/05/2015

http://books.boxnet.com.br/books/visualizacao_clipping_new.aspx?ID_CLIPPING=40836198&ID_BOOK=471629&ORDEM=48&QTDE_CLIPPINGS=57&NM_ARQUIVO=0&ID_DISPARO=&ID_USUARIO=&ID_MESA=7668&ID_TEMPLATE=730

Empresas citam receio, mas não falam em desistir de PPP

Emissora: ESTADÃO.COM.BR

Programa:

Tipo de Clipping: Web

Data Fonte: 06/05/2015

http://books.boxnet.com.br/books/visualizacao_clipping_new.aspx?ID_CLIPPING=40836174&ID_BOOK=471629&ORDEM=47&QTDE_CLIPPINGS=57&NM_ARQUIVO=0&ID_DISPARO=&ID_USUARIO=&ID_MESA=7668&ID_TEMPLATE=730

Um mês após Lei das Sacolinhas, reciclagem do lixo aumenta 12%

Emissora: ESTADÃO.COM.BR

Programa:

Tipo de Clipping: Web

Data Fonte: 05/05/2015

http://books.boxnet.com.br/books/visualizacao_clipping_new.aspx?ID_CLIPPING=40819247&ID_BOOK=471551&ORDEM=91&QTDE_CLIPPINGS=111&NM_ARQUIVO=0&ID_DISPARO=&ID_USUARIO=&ID_MESA=5&ID_TEMPLATE=730

Semanário da Zona Norte

Espaço do leitor

Leitora está indignada com abandono do Jardim Damasceno

Por intermédio de e-mail enviado à nossa redação, datado de 19 de abril, a leitora Elida Queiroz Simões manifesta sua indignação com relação a uma série de serviços que muito deixam a desejar por parte da Prefeitura de São Paulo no Jardim Damasceno. Segue aqui a sua reclamação:

Pois é, agora a Prefeitura vai fiscalizar e multar quem usar sacolas plásticas. Muito bem, em um bairro como o Jardim Damasceno, que nem sequer tem a tal coleta seletiva, o serviço é feito há décadas apenas pela boa vontade dos moradores e carroceiros. A coleta de lixo, que deveria ser regularmente às terças-feiras, quintas-feiras e, sábados, não tem horário determinado. Claro que a culpa é do município, que tem de cuidar do lixo e da má

vontade dos coletores que não são fiscalizados. E a varrição, que deveria ocorrer regularmente, também não acontece, algo que só consta no site da Prefeitura, mas também não há qualquer tipo de fiscalização. Surpreende a posição do secretário de Serviços da Prefeitura, afirmando que os supermercados podem ou não cobrar pelas sacolinhas. Como se antes não cobrassem, pois o preço sempre esteve embutido nos produtos e todos ganharam com isso, menos o consumidor. Agora, em nome da sustentabilidade surge essa história de cobrar por sacolas para carregar o que se compra nos supermercados. Alguma coisa está fora de ordem. Seria de bom tom que o secretário de Serviços desse melhor infraestrutura para bairros como o Jardim

Damasceno, como por exemplo, fiscalizar o estado de abandono do Parque Linear Canivete, que está cheio de placas 'poluidoras, mal escritas' e ninguém fiscaliza nem multa. Estranho, não é? E os escadões que necessitam da instalação de mais lâmpadas para propiciar um pouco de segurança aos moradores. Por que pequenas coisas como essas, tão necessárias para melhorar a qualidade de vida de quem mora na periferia, não são feitas nem fiscalizadas? Que sustentabilidade é essa? Nos bairros nobres e chiques haverá fiscalização e multa por deixar fezes de animais nas calçadas? Pois é, sustentabilidade se faz com pequenas ações sem estardalhaço, não é o caso dessas sacolinhas da discórdia e tão lucrativa para empresários !

Câmara no Seu Bairro lota auditório e saguão da Subprefeitura Santana/Tucuruvi

Camila Alvarenga

A Subprefeitura Santana/Tucuruvi/Mandaqui recebeu no último dia 18/4 o evento Câmara no Seu Bairro, com grande participação popular e a presença de vereadores da Capital, além do secretário Municipal de Relações Governamentais, Alexandre Padilha, e secretário de Segurança Urbana, Ítalo Miranda Júnior. O evento foi acompanhado pelos subprefeitos de Santana/Tucuruvi/Mandaqui - Carlos Roberto Candella; e de Jaçanã/Tremembé, Niwton Gilberto de Jesus.

De acordo com as regras pré-determinadas para o encontro, os vereadores tiveram três minutos cada um para discursar, mesmo tempo permitido aos municípios que fariam uso da palavra. Em geral, os vereadores utilizaram seu tempo para breves apresentações. Poucos falaram da região de Santana especificamente, mas de maneira geral, apresentaram o bairro como uma região privilegiada da cidade de São Paulo com poucos problemas de ordem urbanística.

No caso do vereador Andrea Matarazzo, seu pronunciamento criticou a gestão de Fernando Haddad especialmente quanto à sua atuação na região de Santana, onde vem sendo registrados altos índices de doentes de dengue. "O prefeito deve se preocupar menos com sacolinhas plásticas e ciclofaixas e se preocupar mais com a dengue", afirmou.

Encerrados os discursos dos vereadores, foram sorteados 30 dos 77 inscritos para se pronunciar na tribuna. O primeiro representante da população foi Nelson Ferreira, membro do Conselho Participativo Municipal, Cades e Conselho da Saúde. Ferreira destacou as reformas das Unidades Básicas de

Saúde na região atualmente sob responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Urbana e cobrou a prestação de contas dos recursos gastos nas obras.

Entre os demais representantes da população a se pronunciar, a líder comunitária Irani Dias destacou os problemas de habitação em regiões afastadas do centro de Santana. Dias destacou ainda que ao contrário do que muitos vereadores afirmaram, a região não é privilegiada e que precisa de mais empenho dos vereadores. Os problemas sociais da região e a necessidade de maior repasse de verbas foi levantada por Vera Agueda - membro do Conselho Participativo Municipal/STM. Especificamente, a conselheira cobrou a revitalização da área ao lado da Paróquia Nossa Senhora Aparecida no Jardim São Paulo. Segundo a conselheira, esse projeto já recebeu recursos de emenda parlamentar do vereador Police Neto, mas nada ainda foi feito no local.

Entre outras reivindicações registradas durante o encontro estão a criação de um polo de educação ambiental "Casa das Águas" no Tucuruvi, proposta defendida pelo gestor ambiental Elpídio Ulian; questionada a perda do Hora Certa AE Tucuruvi e Unidade Pronto atendimento do Jaçanã, questão apresentada por Maria Cristina Bello e o próprio desconhecimento dos reais problemas da região demonstrado pelos vereadores, questão levantada por Nilcéia Fleury.

Apesar de tratar-se de uma obra do Governo do Estado, o Trecho Norte do Rodoanel e seu

impacto no meio ambiente foi um dos assuntos levantados, dessa vez por Cristina Navarro, do Conselho Participativo Municipal. "Não é possível que toda obra do Estado passe por cima do Plano Diretor da Cidade", afirmou.

O problema do bairro Vila Amélia, bairro residencial situado na área do Horto Florestal, foi apresentado pelo morador Roberto Lobo. O local se desenvolveu com toda a infraestrutura básica e existe a possibilidade de ser transformado em área de preservação ambiental, prejudicando diretamente os moradores do bairro. Como solução, os moradores defendem a preservação do bairro e melhorias de acordo com o Projeto Eco Vila Amélia.

Rebatendo as críticas a gestão Haddad na região feita pelo vereador Andrea Matarazzo, o líder comunitário Kleber Dangelo destacou as obras de canalização dos córregos da Paciência e Maria Paula. Outro tema levantado por Dangelo foi a situação do Jardim Purus com a urbanização local para 100 famílias que ainda aguardam o projeto a cargo da Siurb.

Encerrada a participação popular, o subprefeito de Santana/Tucuruvi/Mandaqui foi convidado a se pronunciar e abordou as obras de zeladoria realizadas em sua gestão, assim como a instalação de uma unidade Rede Hora Certa, que funciona em trailers no pátio da Subprefeitura Santana/Tucuruvi.

No término do evento, o secretário de Relações Governamentais, Alexandre Padilha, comentou e prometeu apoio a algumas demandas apresentadas e anunciou a construção de um Ecoponto no Mandaqui. Fez considerações sobre as reivindicações apresentadas pela população. Ele anunciou a construção do "Ecoponto do Mandaqui". Após encerrar oficialmente os trabalhos do dia, o presidente da mesa Antonio Donato convidou a população para a próxima sessão da "Câmara no seu Bairro" no próximo sábado (25/4) no CEU Inácio Monteiro (Rua Barão Barroso do Amazonas, s/nº - Cohab Inácio Monteiro) para abordar questões da Subprefeitura da Cidade Tiradentes.



Estrutura da Câmara Municipal é levada aos bairros para evento aberto à participação popular

A Gazeta da Zona Norte

Ciclovía na Avenida Eng. Caetano Álvares tem problemas de segurança e manutenção

A ciclovía ao longo da Avenida Eng. Caetano Álvares começou a ser implantada em dezembro do ano passado como uma forma de oferecer maior segurança para o ciclista. Com cerca de 6,3 km de extensão, a ciclofaixa começa no cruzamento da avenida com a Rua Domingos Torres na região de Casa Verde e segue até o término da via, no Mandaqui, nos dois sentidos.

Bastante estreita, a ciclofaixa não oferece a segurança necessária para os usuários, principalmente aliada a outros problemas de conservação do canteiro, que apesar de bastante utilizado pela população para a prática de esporte e lazer, em muitos pontos com mato alto, má iluminação e até buracos, como mostra a foto. Nesse ponto, próximo à Avenida Imirim, o ciclista se vê obrigado a contornar o buraco como se fosse praticamente parte da sinalização.

Em comparação com outras avenidas onde também circulam grande número de pessoas inclusive para o esporte e lazer, como as avenidas Brás Leme e Dummont Villares, o canteiro da Avenida Eng. Caetano Álvares precisa de maior atenção no caso de duas subprefeituras responsáveis por ela, Santana/Tucuruvi e Casa Verde/Cachoeirinha Limão.



Buraco na ciclovía da Avenida Eng. Caetano Álvares

Cidade Ademar em Notícias

Cobrar ou não pelas sacolinhas dos supermercados

O prefeito Fernando Haddad disse no último dia, 09, que é "incoerente" os estabelecimentos comerciais cobrarem pelas sacolinhas plásticas. "Sempre puderam cobrar ou não pelas sacolinhas. Sempre puderam e nunca cobraram. Agora que você tem um projeto de sustentabilidade, vão passar a cobrar? Considero incoerente com a responsabilidade ecológica que todo empresário tem que ter. O empresário deveria estar promovendo a sustentabilidade e não colocando obstáculos para que essa sustentabilidade possa se tornar realidade", afirmou.

A Lei das Sacolinhas estabelece que, após carregar as compras, o consumidor deverá reutilizar a sacola verde apenas para o descarte do lixo reciclável, que é recolhido pelo programa de Coleta Seletiva, o que corresponde aos materiais como metal, papel, plástico e vidro, que serão encaminhados para as novas centrais mecanizadas de triagem. Já as sacolas cinzas serão para o descarte de lixo comum, ou lixo doméstico, como resto de comida e papel sujo que serão recolhidos pela coleta tradicional.

Com a Lei das Sacolinhas em vigor, os estabelecimentos



comerciais estão proibidos de distribuir as tradicionais sacolas plásticas. O que está deixando a população em dúvida é a questão pagar ou não os valores em que os supermercados estão cobrando, que variam de R\$ 0,05 a R\$ 0,10 por unidade.

A fiscalização do uso das sacolas verdes será realizada pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, que receberá as denúncias através do SAC (Serviço de Apoio ao Consumidor) ou pelo telefone 156. O comerciante que desrespeitar a lei poderá receber uma multa de R\$ 500 a R\$ 2 milhões, de acordo com a gravidade e o impacto do dano provocado ao meio ambiente. Já o cidadão que não cumprir as regras poderá receber advertência e, em caso de reincidência, poderá ter que pagar uma multa com valor entre R\$ 50 e R\$ 500.

Limpeza na Teixeira com Albina Barbosa



Na edição passada publicamos uma bronca sobre o lixo que é depositado na esquina das ruas Senador Carlos Teixeira de Carvalho com Albina Barbosa.

O local há muito se tornou um ponto viciado de acúmulo de entulho prejudicando moradores das proximidades e pedestres.

A prefeitura tem feito sua parte e periodicamente limpa o local. Entretanto, maus cidadãos insistem em fazer daquela esquina, que um dia teve uma pequena capela, um depósito de lixo.

Gente, vamos colaborar e preservar nossa cidade. Isso é responsabilidade de todos.

Moradores sofrem com lixo



Esquinas do bairro viraram pontos de descartes clandestinos de lixo e trazem riscos a saúde

O Ipiranga não para de crescer. A todo momento um empreendimento imobiliário ou comercial chega ao bairro, mas a região sofre com a expansão e paga caro por isso. O lixo parece que se multiplica pelas vias da região.

A ruas das Juntas Provisória se tornaram um depósito de entulhos. As calçadas deveriam ser usadas exclusivamente para a mobilidade de pedestres. Mas muitas delas viraram depósito de lixo e entulho, impedindo a passagem. É possível encontrar de tudo nos pontos clandestinos de descarte. Móveis velhos, colchões, restos de obras e sacos de lixo em vias como as ruas Cônego Xavier, Barão do Rio da Prata, Siqueira Bulcão, Comandante Taylor, Avenida Almirante Delamare e Estrada das Lágrimas. Além de tomar conta das calçadas, a sujeira invade o asfalto em alguns pontos, atrapalhando o trânsito.

“Cada esquina virou um ecoponto irregular”, diz o morador que prefere não se identificar. Ele critica a falta de lugares adequados para descarte de lixo na região.

Caren Feitosa, diz que falta conscientização dos moradores. Segundo ela, as vezes as caçambas disponíveis em algumas ruas estão vazias, mas as pessoas jogam lixo ao lado. “É muito nojento”, descreve, reclamando dos ratos e

baratas atraídos pela sujeira. Para ela, o que falta é fiscalização para punir os responsáveis.

Uma das maiores comunidades do país, o Heliópolis, o cenário se torna ainda mais agravante. Segundo os moradores, algumas ruas é impossível fazer o recolhimento do lixo porta a porta feito por caminhões. Nestes casos são depositados caçambas em pontos estratégicos. O problema é que as caçambas não são suficientes para a demanda do lixo produzido na comunidade.

Quase não existe cestos para detritos na calçadas, o que poderia facilitar a vida dos moradores. O sistema, na opinião da população, não é o suficiente na região. Bons exemplos são as três caçambas em frente a Igreja Santa Edwiges, que ficaram cheias boa parte do tempo, mostrando que a estrutura é insuficiente.

De acordo com a Ecourbis, responsável pela coleta em Heliópolis, existem 60 contêineres na região, dois caminhões compactadores de lixo e 45 coletores. A empresa ainda informa que a coleta é feita de segunda a sábado. No entanto, de acordo com a Ecourbis, o que contribui para diminuir a capacidade dos contêineres, é o descarte de outros tipos de materiais, como sofá, colchão, madeiras entre outros materiais,

que devem ser descartados nos ecopontos.

“De manhã, o pessoal da limpeza tira e pouco depois já está cheio novamente. Raramente vejo caçambas vazias pela comunidade”, disse José Pedro, morador de Heliópolis.

A situação é crítica na rua Comandante Taylor, próximo a escola e um Distrito Policial, o lixo está espalhado por toda a avenida. É possível encontrar um pouco de tudo, desde lixo caseiro, entulhos até bolsas e carteiras que são aparentemente são descartadas na região por assaltantes.

“Aqui as caçambas ficam com o lixo até a boca. Tanta sujeira causa problema de mobilidade. Ninguém recolhe a sujeira que fica nas calçadas. E não podemos reclamar. Os lixeiros levam o que está na caçamba. Não é possível passar com cadeira de roda ou carrinho de bebê pelas vias da comunidade”, Relata Jorge Modesto.

Os problemas não param por aí. O acúmulo de lixo na calçada também é um risco a saúde dos moradores do local, em especial as crianças que brincam sem se preocupar. “Não adianta só reclamar. Viu que as caçambas está cheia, então não coloca lixo. Infelizmente por falta de estrutura precisamos nos organizar e não jogar tudo para o alto”, reclamou Modesto.

Ação “Prefeitura no Bairro” chega ao parque São Miguel

O município iniciou no começo desta semana a ação integrada “Prefeitura no Bairro”, iniciativa que levará serviços voltados ao cidadão, intervenções de zeladoria e políticas públicas para os bairros mais distantes e carentes de São Paulo, somando esforços com o governo local. O primeiro bairro

beneficiado é o parque São Miguel, no Grajaú, localizado na subprefeitura de Capela do Socorro, na Zona Sul.

Com envolvimento de todas as secretarias municipais, por 15 dias, serão intensificados serviços como limpeza de córregos, bocas de lobo, operações Cata

Bagulho e Tapa Buraco, além de podas de árvores e manutenções de praças e parques. A região também receberá ações de desratização, melhorias na iluminação pública, limpeza de pontos de descarte irregular de entulhos e instalação de novas sinalizações de trânsito.



Luz Guadagnoli - SECOM2

Itaquera em Notícias

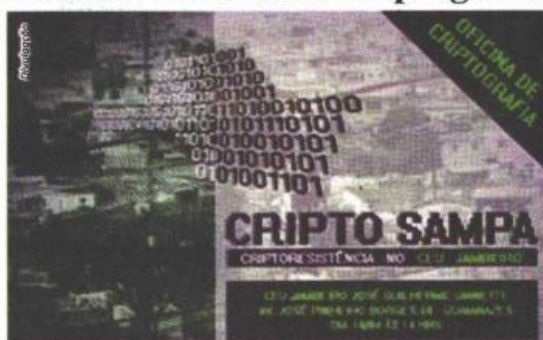


CEU Jambeiro receberá Oficina de Criptografia

No dia 18 de abril, o CEU Jambeiro receberá a Oficina de Criptografia a partir das 12h. O objetivo do evento é promover e aprofundar o debate sobre a privacidade como um direito, ampliando a compreensão sobre o uso que governos e corporações fazem de dados pessoais e rastros de navegação de usuários da internet e o impacto deste vigilantismo para a democracia e a liberdade individual.

A Criptosampa também se propõe a difundir conceitos de navegação segura e criptografia, a necessidade de uso de ferramentas livres e elementos da ética hacker, como autonomia, colaboração e o “faça você mesmo”.

A escolha de realizar a “Criptografia a céu aberto” é um esforço no sentido de diminuir o distanciamento entre mulheres e tecnologia e promovendo uma reflexão sobre liberdade, privacidade e autonomia pela perspectiva feminina.



Serão realizadas oficinas de Pidgin com OTR, um mensageiro que garante maior segurança e privacidade na troca de mensagens instantâneas no computador, oficina de Tails, um sistema operacional amnésico e portátil, que pode ser usado em qualquer computador por meio de um pendrive e uma oficina sobre aplicativos para Android que auxiliam a proteger a privacidade na troca de informações via celular.

Saiba mais sobre o projeto: O projeto CriptoSampa —

Criptoresistência, Cidadania e Privacidade na Rede é um dos ganhadores do edital Redes e Ruas, da prefeitura de São Paulo. O objetivo do edital, realizado pelas secretarias de Cultura, Direitos Humanos e **Serviços, é ocupar com atividades de cultura digital as Praças WiFi Livre, os telecentros e pontos de cultura da cidade.**

Serviço:

CEU Jambeiro

Endereço:

Av. José Pinheiro Borges, 60

Telefone: (11) 2960-2055

Horário: 12h

Escuridão em praça na Penha gera medo

A Praça Dona Micaela Vieira está entre os locais mais tradicionais e frequentados da Penha. Atualmente, o ponto de encontro, no qual também existe um terminal de ônibus, passa por um problema de falta de ilumina-

ção adequada. Isso porque, apesar de haver postes e lâmpadas na praça, eles estão acima da copa das árvores, que não são podadas há um bom tempo. Agora, moradores estão com medo de circular pelo lugar à noite. **Página 5**

ILUMINAÇÃO

Praça da Penha é escura

A Praça Dona Micaela Vieira, na Penha, precisa ter sua iluminação remodelada. A constatação foi feita por moradores e passageiros que utilizam as linhas de ônibus cujo ponto terminal é na praça. Segundo eles, há anos a Prefeitura instalou postes no local que pudessem iluminar todo o espaço, no entanto, quando as árvores crescem e a poda não é feita, a luz praticamente desaparece, excluindo alguns poucos pontos nos quais a iluminação atravessa os galhos.

ESTUDANTE

Para o estudante Vinicius dos Santos, por exemplo, o sistema implantado na praça está ultrapassado há muitos anos. "Basta andar pela cidade e ver que atualmente os postes são mais baixos e as lâmpadas são de vapor metálico ou de LED", ressaltou. Santos afirmou ter várias questões envolvidas na falta de uma iluminação adequada, principalmente em uma área na qual a circulação de pedestres é constante, independente do horário.

LIXO

O jovem lembrou das pessoas mais idosas que, além da mobilidade reduzida, não enxergam tão bem quanto antigamente. Ele salientou, ainda, o fato de alguns grupos de me-



Projeto de iluminação antigo gera insegurança, pois árvores estão sem poda

ninas costumarem ir ao cinema de um shopping da região e chegarem ao terminal por volta das 23 horas. Fora isso, Santos acrescentou a questão da manutenção da praça com relação a jardins, mesas e bancos. "Como a presença de pessoas é contínua, infelizmente muitos jogam sacos plásticos, embalagens de salgadinho, bitucas de cigarro e garrafas nas plantas", apontou.

INSEGURANÇA

A aposentada Janete de Freitas fez questão de mostrar que a iluminação precária está ligada, diretamente, à falta de segurança no local. "Sem a luz da praça e com as portas dos comércios fechadas após as 20 horas, os passageiros têm de ficar acomodados próximo da cabine dos motoristas e cobradores para não correrem o risco de assaltos", contou. Janete relatou ter visto algumas pessoas serem roubadas na praça à noite, contudo, não soube dizer se a PM tem registros dos acontecimentos.

Após os problemas relatados, os moradores esperam que o Departamento de Iluminação Pública (Ilume) providencie um projeto moderno para o local. Ao mesmo tempo, sugerem à Subprefeitura Penha que invista em mais lixeiras e eleve o ciclo de varrições.

Sérgio Murilo Mendes

Folha de Vila Prudente

WIFI LIVRE

Prefeitura libera

120 pontos

Na terça-feira, dia 14, em solenidade no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) com a presença do prefeito Fernando Haddad (PT), a Prefeitura, por meio da Secretaria de Serviços e Coordenação de Conectividade e Convergência Digital, entregou oficialmente os serviços que integram o projeto WiFi Livre SP em 120 locais públicos na cidade.

O objetivo do programa é tornar a internet acessível a população em geral e a uma velocidade efetiva de 512kbits, 24h por dia. Segundo a Prefeitura, a conexão oferecida é suficiente para a navegação eficiente pela internet, inclusive para assistir vídeos, baixar e subir arquivos. Não é preciso ter cadastro para usar o serviço, mas é necessário utilizar o aparelho compatível com o padrão WiFi e homologado pela Anatel. “Os 120 locais garantem que cada distrito da cidade tenha pelo menos uma praça com internet. Os 96 distritos estão agora conectados”, afirmou o prefeito durante a cerimônia.

Acesso local

Na região, os locais que contam com o WiFi livre são: Parque de Vila Prudente; praça Padre Damiano, Vila Prudente; praça Ciro Pontes, Mooca; praça Silvio Romero, Tatuapé; praça Torquato Plaza, Jardim Grimaldi, praça General Humberto de Sousa Mello, Belém e a praça São Luis do Curu, Vila Invernada.

Folha de Vila Prudente

Iluminação

Morador da Vila Bela, Thiago Catalani conta que em frente ao número 81 da rua Barão de Pirai há um poste com braço de iluminação muito longo e direcionado apenas para a rua e, por isso, a calçada no trecho fica bastante escura, causando insegurança aos pedestres.

O Departamento de Iluminação Pública (Ilume) informou que uma equipe técnica compareceu na rua Barão de Pirai, na última quarta-feira, dia 22, e constatou que a rede de iluminação pública e a instalação de poste/braço estão em ordem. No entanto foi ressaltado ainda que um fiscal irá retornar ao local na próxima semana para vistoriar o que está ocasionando a pouca iluminação na calçada, conforme reclamação.

Folha de Pirituba

DENÚNCIA

Lixo pesado na esquina continua



Andrea Shenia registrou situação da Rua Ângelo da Silva, no City Jaraguá: "toda semana o Cata Bagulho passa e recolhe, mas os

Pneus, madeiras e muito mais na calçada moradores não respeitam". Talvez falte fiscalização ou quem sabe um ecoponto nas proximidades.

Novas sacolinhas são instrumento de educação ambiental

O novo modelo de sacola dá instruções sobre como descartar corretamente o lixo. Quase 70% das residências da Capital já são atendidas pela coleta seletiva e objetivo é aumentar a adesão da população

Estabelecimentos comerciais de toda a Capital passaram nesta semana a disponibilizar aos consumidores um novo tipo de sacola, fabricado com bioplástico nas cores verde e cinza. Além de poluir menos o meio ambiente, as sacolinhas são um instrumento de educação ambiental, porque são estampadas com instruções sobre o descarte correto do lixo. A ideia é ampliar a adesão da população à coleta seletiva, que já atende a quase 70% das residências da cidade.

Em entrevista coletiva, o secretário Simão Pedro (Serviços) afirmou que a medida está acompanhada de um plano de ampliação da reciclagem na cidade. "Antes, somente 36% das residências eram atendidas. Só com as duas centrais mecanizadas novas que nós implantamos no segundo semestre de 2014, nós ampliamos em 10 distritos novos a coleta seletiva e universalizamos em 40 distritos, chegando a 68% das residências com o serviço", afirmou o secretário. A meta da Prefeitura é universalizar a coleta seletiva na cidade e atingir a reciclagem de 10% dos resíduos domiciliares em 2016. Atualmente, o serviço atende 86 dos 96 distritos de São Paulo.

Nos bairros em que a



coleta seletiva é realizada, a população poderá utilizar as novas sacolinhas verdes para descartar os recicláveis, como papel, garrafas de vidro, latas e embalagens de plástico. Estes materiais deverão ser colocados na rua para coleta no dia e no horário programados para a coleta seletiva, realizada em geral uma vez por semana, em horário diferente da coleta regular. Nos locais em que ainda não há coleta seletiva, uma alternativa é o descarte dos recicláveis em um dos 80 ecopontos da Prefeitura ou em cooperativas de catadores.

"Ao colocar os recicláveis para a coleta seletiva, ou ao levar estes resíduos para o ecoponto, o cidadão pode confiar que o lixo vai ter um destino ecologicamente e socialmente adequado, evitando danos ao meio ambiente e ajudando as cooperativas a realizar o seu trabalho", disse Simão Pedro. "Estamos fa-

zendo um esforço para mudar o paradigma da coleta e as sacolas são um poderoso instrumento de comunicação", explicou.

Entre as informações contidas nas sacolas estão exemplos de produtos que podem ser descartados naquele tipo específico de sacola e também os que não são permitidos. A proposta é que a sacola cinza do novo modelo seja utilizada para o descarte do lixo que não pode ser reciclado, como fraldas, restos de alimentos ou papel higiênico. Tanto na coleta seletiva quanto na coleta comum também podem ser utilizadas outras embalagens comumente adotadas pela população, como as sacolas brancas, do modelo anterior, ou sacos de lixo pretos, por exemplo. A população que mora nos bairros que não são atendidos pela coleta seletiva não será fiscalizada quanto ao uso correto das novas

sacolas.

Segundo a Secretaria de Serviços, o novo modelo de sacolas já é adotado por estabelecimentos responsáveis por 70% da distribuição dessas embalagens. A secretaria coordena atualmente um grupo de trabalho composto pela Associação Paulista de Supermercados (APAS), por representantes da indústria fabricante das sacolinhas e dos trabalhadores da indústria química e de plásticos, pela Federação do Comércio (Fecomércio), pelo Sindicato da Indústria de Panificação e pelo Sindilojas, que representa lojistas dos shoppings centers. O objetivo é esclarecer dúvidas e buscar alternativas mais adequadas para cada modalidade de estabelecimento.

As regras atualmente em vigor estão previstas na Lei Municipal 15.374, conhecida como lei das sacolinhas, que foi regulamentada pelo prefeito Fernando Haddad no dia 7 de janeiro deste ano, após a justiça considerá-la constitucional. Sua implementação será realizada com orientações e advertências, de forma a estimular a transição para o novo modelo. "O que interessa não é aplicar multa, é criar um movimento na cidade para a reciclagem. A cidade vai se adaptar aos poucos e contamos com o esforço dos cidadãos e dos comerciantes neste processo educativo", explicou Simão Pedro. O fornecimento ou a venda de sacolas plásticas comuns ou as sacolinhas brancas utilizadas anteriormente são vetados.

Sacola volta a ser discutida na região

Vende ou não vende. A Prefeitura decretou o fim das sacolas plásticas, com uso obrigatório de sacolinhas especiais. O Procon considera abusiva a venda dessas sacolas, enquanto os comerciantes dividem opiniões. Na foto, dona Maria da empresa Plastitel exhibe a nova sacola, ao lado do gerente Leo e Janaina, do Mercadinho Belenzinho. **Página 5**



Sacolinhas voltam a gerar polêmica

Eduardo Martellotta

A Lei nº 15.374/11 proíbe desde 5 de abril último, no município de São Paulo, a venda ou distribuição de sacolas plásticas, que são derivadas do petróleo.

Na regulamentação da Lei 15.374/11 – Decreto 55.827-15 – ficou autorizado o fornecimento de sacolas reutilizáveis, definidas na Resolução 55/AMLURB-2015, nas cores verde e cinza.

Verde para o descarte de resíduos recicláveis e cinza para resíduos orgânicos e rejeitos, as sacolas buscam auxiliar no processo de coleta seletiva e poderão ser cobradas quando oferecidas no comércio, a critério dos próprios estabelecimentos, segundo o decreto.

A empresa deve, além de não mais fornecer sacolas plásticas, afixar cartaz de 40x40cm, em caixas registradoras e locais de embalagem, com os dizeres: “Poupe recursos naturais! Use sacolas reutilizáveis” - Lei Municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011.

Fornecer sacolas plásticas e/ou deixar de ter o cartaz pode resultar



Leo do Mercadinho Belenzinho compra a sacola por R\$ 0,12 e vende por R\$ 0,10

em multas que variam de R\$ 500,00 a R\$ 2.000.000,00.

O Sincovaga – Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo esclarece em seu site:

O fornecimento de embalagens aos consumidores é

definição da empresa varejista;

Não há a obrigatoriedade da utilização das sacolas reutilizáveis previstas na legislação do município de São Paulo, mas estão absolutamente proibidas quaisquer outras sacolas plásticas;

Caberá a cada empresa definir sobre a entrega gratuita ou a cobrança ao consumidor das sacolas verdes e cinzas autorizadas na legislação;

Poderá haver questionamento do Procon em relação à cobrança, se mantido entendimento vigente antes da regulamentação da Lei Municipal.

A cobrança de R\$ 0,10 por cada unidade de sacola reutilizável é considerada abusiva pelo Procon. A Apas – Associação Paulista de Supermercados decidiu em reunião dia 16 de abril último, manter a cobrança das novas sacolas.

Confusão sobre cobrança

Na região, os proprietários de supermercados já se adequaram à mudança e se mostram perplexos com a nova diretriz da Prefeitura, pois não sabem se cobram ou não os R\$ 0,10 da sacola.

João dos Santos, proprietário do Super do Brás, localizado na rua Itapiraçaba, 427, explicou que o estabelecimento já usa as sacolas verde e cinza e que, por enquanto, não está cobrando os R\$ 0,10 dos clientes.

A mesma decisão foi tomada por



João Santos é dono do Super do Brás e não cobra nada pela sacola reutilizável

Jaime Ribeiro, gerente do Supermercado Econômico da avenida Celso Garcia, 553. Ele afirmou que não irá cobrar o preço da sacola, porque acha que não é justo para o cliente.

Custo maior para o comércio

Leoni Joaquim de Oliveira, gerente do Mercadinho Belenzinho da rua Catumbi, 494, contou que trabalha com as novas sacolas desde fevereiro, e afirmou que 70% dos clientes gostaram da mudança, e 30%, não.

Leo, como é mais conhecido, disse que o custo da compra (pela empresa) das sacolas reutilizáveis em relação às antigas, de plástico, praticamente dobrou. Por essa razão, cobrava a sacolinha, na data de 16 de abril. Ele se baseava nas orientações do Sincovaga, de que a cobrança é opcional.

O gerente compra as sacolas cinza e verde a R\$ 0,12 a unidade e oferece aos clientes por R\$ 0,10. “É esperar para ver o que irá acontecer. Estamos nos readaptando a cada

notícia que surge”, disse Leo.

Consumidor não quer pagar

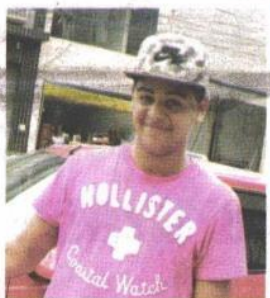
O Jornal do Brás também foi ouvir o consumidor da região para saber o que acha das novas sacolinhas. A aposentada Floraci Lima Santos disse que precisa adquirir a sacola no supermercado porque usa em casa. Ela é contra a cobrança de R\$ 0,10 cada sacolinha. “O imposto está em tudo, nos remédios e embutido nos produtos do mercado. Que o prefeito (Fernando Haddad) tenha a consciência de não cobrar a sacola. Muita gente não tem condições de pagar isso”, disse Floraci.

O revendedor Rafael Melo Silva também acha errado pagar pela sacolinha. “É um dinheiro que está sendo roubado da gente. A cobrança é abusiva” – afirmou.

Por outro lado, a boliviana de La Paz Claudi Quispe Chura, que trabalha como costureira, não se importa em desembolsar mais R\$ 0,10 por cada sacola. “Não é muito caro para mim”, disse ela.



Jaime Ribeiro é gerente do Supermercado Econômico da Av. Celso Garcia



Rafael acha a cobrança abusiva



Claudi, boliviana de La Paz, não acha caro pagar R\$ 0,10 por sacola

Cobrança pelas sacolas é considerada abusiva

Segundo a Fundação-PROCON de São Paulo, o preço da sacola deve estar embutido nos produtos

O PROCON estadual de São Paulo informou dia 13 de abril último que vai notificar as empresas que cobrarem pelas sacolinhas de plástico no supermercado. A medida, adotada por alguns varejistas, foi considerada abusiva pelo órgão de defesa que considera que o valor da sacola já deve estar embutido no

valor cobrado nos produtos.

Desde o dia 5 de abril, a lei que proíbe o uso de sacolas plásticas derivadas do petróleo em supermercados está em vigor. Nas primeiras semanas de vigência da nova lei, comerciantes e consumidores tiveram dúvidas sobre a cobrança das novas sacolinhas.

Plastivida e Abief emitem comunicado

A cobrança das sacolas plásticas por supermercados prejudicará o bolso do consumidor e inviabilizará o programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis da Prefeitura de São Paulo

Após a regulamentação da Lei paulistana sobre o uso das sacolas plásticas pela população, as sacolinhas nas cores verde e cinza poderão se tornar um veículo impulsionador da reciclagem e descarte correto do lixo doméstico no município de São Paulo.

Entendemos que a determinação da Prefeitura de São Paulo em promover o reuso das sacolas plásticas é positiva e se fortalece à medida em que a população seja o agente direto da separação adequada do lixo gerado na cidade.

No entanto, a cobrança das sacolas por parte dos

supermercados resultará em prejuízo para o bolso do consumidor e será um fator impeditivo para execução da operação de coleta seletiva na cidade de São Paulo, conforme deseja a Prefeitura.

Entendemos que se as sacolas forem vendidas pelos supermercados, o consumidor será penalizado e naturalmente não comprará as sacolas plásticas nas cores verde e cinza.

Como consequência imediata, o projeto de coleta seletiva e de outros resíduos da prefeitura de São Paulo não será viabilizado, pois as sacolas não terão o alcance necessário para

levar o lixo reciclável às centrais municipais de triagem e a prefeitura não atingirá o seu objetivo de educar a população a colocar resíduos recicláveis nas sacolas verdes e resíduos não recicláveis nas sacolas cinzas.

Os supermercados que decidirem cobrar pelas sacolas contribuirão definitivamente para o prejuízo ao consumidor e ao meio ambiente.

O consumidor já paga pelas sacolas que transportam suas compras. Seu custo está embutido pelos supermercados nos produtos adquiridos e é seu direito receber essas sacolas ao final de suas

compras. Caso os supermercados cobrem pelas novas sacolas, haverá duplicidade de cobrança, o que é inaceitável em qualquer relação comercial e à luz do Código de Defesa do Consumidor.

Estudo realizado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas revelou que, em caso de suspensão da distribuição de sacolas plásticas, as famílias terão um aumento de gastos mensais com embalagens de 146,1%, equiparando desta forma aos custos com o arroz e o feijão.

Sem as sacolas plásticas verde e cinza, estabelecidas pela Prefeitura,

o descarte do resíduo domiciliar, reciclável ou não, tenderá a ser incorreto e realizado de forma aleatória, a céu aberto, promovendo contaminação, proliferação de vetores e clara ineficiência das recentes centrais de triagem de resíduos recicláveis, que exigiram elevados investimentos da Prefeitura de São Paulo.

Plastivida Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos

Abief - Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis